

AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NEGRA E INDÍGENA NA ESCOLA: POSSIBILIDADES DE AÇÕES PEDAGÓGICAS REDUZINDO O PRECONCEITO

Zuleika Andradas Albuquerque*

Resumo: Este artigo tem como objetivo mostrar algumas ações pedagógicas sobre as relações étnico-raciais negra e indígena, desenvolvidas com êxito, em ambientes escolares, numa visão multidisciplinar, de acordo com as Leis Federais Nº 10.639/03 e Nº 11.645/08. Tais práticas promovem a Educação para o respeito à diversidade, a partir do reconhecimento das duas etnias e suas contribuições na formação e desenvolvimento do Brasil e de seu povo. Ainda reconhecem e valorizam a identidade dos alunos, tornando, assim, a sua autoimagem positiva, elevando a sua autoestima. Desenvolvem o aprendizado e a melhoria nos seus relacionamentos interpessoais, na escola e na comunidade. Os Projetos Pedagógicos foram desenvolvidos em duas escolas municipais da periferia de Porto Alegre, nas aulas de Educação Física, em turmas do I e II Ciclos, com alunos de 6 a 14 anos, em 2013.

Palavras-chave: Etnia Negra e Indígena. Educação para a diversidade. Reconhecimento e Identidade. Autoimagem. Autoestima.

1 Introdução

Este artigo pretende mostrar ações pedagógicas possíveis de serem desenvolvidas em ambientes escolares a partir de dois Projetos Pedagógicos, de minha autoria, sobre as relações étnico-raciais com foco nas etnias negra e indígena. As ações foram desenvolvidas em duas EMEFs¹ da Rede Municipal de Ensino (RME) de Porto Alegre, RS, durante o ano letivo de 2013. As atividades dos Projetos Pedagógicos, “Conhecendo os povos Indígenas de Porto Alegre” e “As Cores da África”² foram realizadas nas aulas de Educação Física, tanto na sala de aula como no pátio. Na EMEF Chico Mendes, foram envolvidos alunos do I Ciclo, com turmas de A10, A20, A30 e, na EMEF Prof.^a Ana Íris do Amaral, alunos do II Ciclo com turmas de, B10, B20 e B30. Essas turmas correspondem, respectivamente, a 1º ao 6º ano do ensino seriado e envolvem alunos com idade de 06 a 14 anos. O Projeto Pedagógico “As Cores da África” foi ofertado, também, no formato de oficina com duração de 4 horas, aos alunos do I Ciclo do Turno Integral da EMEF Prof.^a Ana Íris do Amaral.

* Professora da RME de Porto Alegre. cursando Especialização em Educação para a Diversidade- UAB/UFRGS, Especialista em Pedagogia do Esporte pela UnB – Brasília, Licenciada em Educação Física - ESEF-UFRGS. E-mail: zukaalbuquerque@gmail.com

¹EMEFs – Escolas Municipais de Ensino Fundamental da Rede de Ensino de Porto Alegre organizadas por Ciclos de Formação. Três Ciclos de três anos cada, representando os nove anos do Ensino Fundamental.

² Encontram-se em postagens de Maio e Novembro no Blog “Acessibilidade em Educação Física”. Disponível em: <http://profzuleika.blogspot.com.br/>. Acesso: 04 Abr. 2014.



As escolas em que foram realizados os Projetos Pedagógicos situam-se na zona leste da periferia de Porto Alegre. Os alunos representam uma grande diversidade cultural e muitas etnias. Em uma das instituições, inclusive, estudam vários alunos indígenas. Essas escolas têm a maioria do seu corpo discente composta por negros e pardos que não se reconhecem como tal. Negam a sua identidade, numa tentativa de fugir das discriminações racistas e preconceituosas, pois “nesse sentido, o negro [...] teve suas características físicas e culturais vinculadas a aspectos pejorativos e inferiores na constituição da sociedade brasileira” (SANTOS; MOLINA NETO, 2011, p.06). Estes alunos têm a autoimagem negativa e, em consequência, uma baixa autoestima, determinada por uma série de fatores discriminatórios que sofrem, sejam eles de ordem étnica, social, econômica, gênero, orientação sexual, cultural, religiosa ou deficiências, que afetam a sua aprendizagem, dificultando também os seus relacionamentos interpessoais e a sua participação na escola e na comunidade. Munanga (2003) expressa, da mesma forma, “a construção de sua identidade foi negativa, embora inicialmente atribuída, acabou sendo introjetada, interiorizada e naturalizada pelas próprias vítimas da discriminação racial” (MUNANGA, 2003, p. 37).

A realização dos Projetos Pedagógicos justificou-se pela necessidade de intervenção da escola a partir de suas propostas curriculares para afirmar positivamente a identidade da população negra e indígena. Busca-se romper com essa situação de desigualdade social, vivenciada por seus alunos, uma vez que “a escola e seus profissionais têm o compromisso ético de colocar em debate as diferenças, tendo em vista o fato de trabalharem com a formação do indivíduo para o convívio social” (GENRO; CAREGNATO, 2013, p. 24). Além disso, precisamos mostrar aos alunos e às comunidades escolares que as diferenças existentes entre eles não podem significar desigualdades ou exclusão. As autoras apontam que “a desigualdade não é um fenômeno natural, mas construída nas relações sociais e nos modelos econômicos historicamente consolidados” (GENRO; CAREGNATO, 2013, p.24). A escola, por ser pública, precisa desenvolver os seus Projetos Pedagógicos voltados para a Diversidade Cultural e com base nos Direitos Humanos. E, “para que a escola cumpra a sua função social, na formação de cidadãos inclusivos, críticos e solidários, é fundamental a convivência, o respeito, o reconhecimento e a valorização do outro” (FARENZENA; ROSSI; MAFASSIOLI, 2013, p. 149).

O sentimento de inferioridade assola alguns alunos negros e pardos. Eles têm dificuldades de participar das atividades de maneira prazerosa, em harmonia com a turma. Não raro envolvem-se em disputas com os colegas, chegando à agressão, numa declaração



expressa de negação de sua identidade afrodescendente e demonstração de sua autoimagem negativa e baixa autoestima, o que é traduzido, em alguns casos, por baixo rendimento escolar e desinteresse pela aprendizagem, chegando à repetência ou manutenção.

Os Projetos Pedagógicos tiveram como objetivos gerais:

a) Ressignificar o ensino da Educação Física escolar, propondo atividades práticas e recreativas, integrando-as aos conteúdos de outras disciplinas como História, Geografia, Arte e Educação, Português, Literatura e Religião, entre outros, numa visão multidisciplinar de Educação para o respeito à diversidade, com inclusão de todos os alunos para que tenham direito ao acesso e permanência numa escola de qualidade que promova o conhecimento e o desenvolvimento social.

b) Desnaturalizar o racismo existente na escola, reconhecer e valorizar os alunos pardos, negros e indígenas ao trabalhar as questões étnico-raciais, em especial a negra e a indígena, com base na Lei Federal nº 10.639/03 que torna obrigatório o ensino da História e Cultura Afro-brasileiras e Africanas e a Lei Federal nº 11.645/08 que inclui o ensino da História e Cultura Indígena no sistema de ensino.

Este racismo é negado oficialmente. Como vemos em Cunha e Grisa (2013), no Brasil, é comum não reconhecermos as práticas preconceituosas. Mas o racismo existe, de modo velado ou expresso, e afeta os alunos e a comunidade escolar. Percebo, assim, a existência de racismo nas atitudes hostis e discriminatórias dos alunos nas aulas de Educação Física.

Outro exemplo de racismo institucionalizado pode ser observado a partir da leitura de Cunha e Grisa (2013), quando verificamos os materiais didáticos utilizados nas escolas. Eles não apresentam os negros ou os indígenas como protagonistas da história. Há uma discriminação nos trabalhos por eles realizados e constatamos que há um predomínio do modelo da cultura europeia. Sendo assim, os alunos não se reconhecem nos textos e gravuras e, em decorrência, cultivam uma autoimagem negativa.

Se partirmos da ideia de que a escola é, concretamente um espaço constituidor de destinos profissionais, ocupacionais e de trajetórias de vida, segundo a raça-cor do alunado, refletindo sobre sua vida social e subjetiva, ela pode ser um desencadeador ou um entrave para o pleno desenvolvimento desses sujeitos. (CUNHA; GRISA, 2013, p.111).

Neste caso, a escola vem atuando de modo a contribuir na perpetuação da prática de discriminação e racismo aos negros, pardos e indígenas, quando, na verdade, deveria adotar práticas pedagógicas antirracistas.



O Projeto “Conhecendo os Indígenas de Porto Alegre” foi elaborado a partir de trabalhos de visibilidade e reconhecimento para os povos indígenas, realizados de acordo com a Lei Federal 11.645/08, na Disciplina IV - Povos indígenas, diversidade e educação³ da Especialização que estou concluindo. Seus Objetivos Específicos foram:

a) Dar visibilidade às etnias indígenas existentes em Porto Alegre, conhecendo-as através de livros, fotos e pesquisa na Internet, para respeitá-los como povos com identidade própria e diferentes modos culturais, residentes em nossa cidade e detentores dos mesmos direitos de ir e vir que os não índios.

b) Visualizar e manusear a pasta de relatos das visitas feitas à aldeia Polidoro, dos Índios Charrua⁴, e à Exposição Cultural dos povos indígenas Mbyá Guarani⁵, realizadas pelos alunos da Oficina de Etnias da EMEF Prof.^a Ana Íris do Amaral, gentilmente cedida pela Prof.^a Eneida Lombardi Porto, titular da mesma.

c) Conhecer a cultura e a arte das Etnias Charrua, Kaingang ou Caingangues e Guarani através de objetos esculpidos, cestos e colares produzidos manualmente por eles.

d) Mostrar aos alunos a forma como estes povos tem sido discriminados, através da invisibilidade, da apropriação de suas terras por não índios, do não reconhecimento de sua existência com diferentes línguas, religiões, artes e ciências e não apenas como uma tribo única.

e) Identificar os alunos indígenas, valorizando-os através de suas contribuições, relatos e sessão de fotografias possibilitando tornar positiva sua autoimagem e, com isso, elevar a sua autoestima.

Já o Projeto “As Cores da África” foi elaborado após a leitura do livro intitulado “A África meu pequeno Chaka” de autoria de Marie Sellier (2009), disponibilizado às escolas através do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) do Ministério da Educação (MEC), com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Esse projeto teve como objetivos específicos:

³ Disciplina da Especialização em Educação para a Diversidade da FACED - UAB/UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

⁴ A aldeia Polidoro foi reconhecida como reserva dos Índios Charrua e situa-se no bairro Lomba do Pinheiro, Porto Alegre. RS.

⁵ Exposição realizada pelo Museu da UFRGS em 2011/2012.

a) Conhecer a Lei 10.639/03, fruto de conquistas dos movimentos populares e movimento negro por justiça social.

b) Conhecer a história dos diferentes povos Africanos e reconhecer suas contribuições culturais, religiosas, sociais e econômicas na formação do Brasil e do povo brasileiro. Dessa forma, possibilita-se aos alunos o reconhecimento de sua identidade Afro-brasileira, tornando positiva a sua autoimagem e, em decorrência, a elevação de sua autoestima.

c) Conhecer o livro intitulado “A África meu pequeno Chaka”, de Marie Seliier (2009), que narra as diversidades culturais da África, tais como, vestimentas, musicalidade, religiosidade, hábitos alimentares, sociais e matrimoniais, a geografia e o clima, a partir do relato do personagem Vovô Dembo ao seu neto Chaka.

d) Confeccionar, em papel, Bonecos Negros e suas roupas, colorindo-as com as cores da África, segundo vovô Dembo, no livro “A África meu pequeno Chaka” de Marie Sellier, (2009). Desnaturaliza-se, assim, o preconceito que envolve a cor da pele e o tipo de cabelo, mostrando a beleza da África e do povo Africano.

e) Participar das exposições de trabalhos nos eventos sobre etnias durante a Semana da Consciência Negra, mostrando a sua autoria e criatividade.

f) Pesquisar em jornais, revistas, encartes comerciais e propagandas a invisibilidade que é dada aos pardos e negros. Debater em que situações eles se tornam visíveis.

2 As relações étnico-raciais negra e indígena: lutas, conquistas e legislações

Os processos discriminatórios sofridos pelos indígenas no Brasil remontam à época da chegada dos colonizadores portugueses, que não reconheceram e nem respeitaram os homens que aqui residiam, que eram donos das terras e de um saber e culturas diferentes da europeia.

A conquista causou choques físicos e culturais a essas populações que rapidamente alteraram a sua realidade. As doenças, as guerras, a escravização e os deslocamentos dos grupos em decorrência do contato com missionários e colonos levaram a milhares de mortes nesse período inicial (MACHADO JÚNIOR; MEDEIROS, 2013, p.89).

Os portugueses invasores não aceitavam o modo diferente de viver dos povos indígenas, procurando sempre moldá-los e catequizá-los conforme a cultura europeia.



Tal situação de discriminação e racismo também se aplica aos sentimentos dos africanos que foram trazidos para cá como escravos, comercializados como mercadorias e objetos em condições sub-humanas, para servirem de mão-de-obra barata.

O que é cultivado se transforma em cultura, o racismo passou por vários formatos na história do Brasil, tem suas raízes na radical divisão racial do trabalho feita na colonização, passa pelo processo de exclusão dos negros após abolição da configuração da sociedade de classes brasileira e pelo branqueamento da população incentivado e promovido pelo Estado no início do século XX. (CUNHA; GRISA, 2013, p.115).

Embora estas situações de discriminações e racismo tenham causado dor e sofrimento, estes povos não se resignaram e resistiram ao longo dos tempos, através de diferentes movimentos, com muitas lutas e embates, não raro, custando-lhes a vida, para que fossem reconhecidos e respeitados os seus direitos étnicos, culturais, políticos e religiosos.

Muitas foram as lutas e movimentos para que chegássemos ao atual estágio de conquistas e avanços legais. Como ilustra Santos (2010), nas últimas décadas, essas lutas vão desde os Movimentos Sociais nos anos de 1970, que retomam a luta por liberdade política, com o Movimento Operário do novo sindicalismo, possibilitando o surgimento de líderes trabalhadores como o metalúrgico Lula, a obtenção alguns avanços em 1973, com a assinatura da Lei 6.001 do Estatuto do Índio. O Índio ainda é tutelado pelo estado, mas lhe é garantido o respeito às suas peculiaridades culturais. Decorre, ainda, o surgimento das escolas bilíngues e a retomada da questão de demarcação das terras indígenas. Destacam-se, também, os Movimentos Negros contra a discriminação racial, surgidos em São Paulo, em 1978, e as campanhas populares que impõem o fim do regime militar no Brasil, em 1985. As forças sociais se mobilizam e convergem para a Constituição Federal de 1988, que institui um Estado democrático e assegura, aos homens e mulheres, grandes conquistas sociais como o reconhecimento da diversidade étnica, cultural, religiosa, etária e de orientação sexual. Há, também, a publicação, em 1972, do Estatuto das Sociedades Indígenas. (informação verbal)⁶.

No campo da Educação, temos a Lei nº 9.394/1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) que define e regulamenta o sistema de educação brasileiro, com base nos princípios da Constituição de 1988. No seu título II, “Princípios e Fins da Educação Nacional”, art.º 3, o inciso X “Consideração com a diversidade étnico-racial” foi acrescentado pela Lei 12.796, de 4/4/2013.

⁶ Santos, J. A. **Conquistas de Direitos, Cotidianos das Diferenças: Leis 10.639/03 e 11.645/08**. In: IX Fórum FAPA, Porto Alegre. 16/12/2010 Palestra Inaugural.



Na última década, as conquistas são significativas e objetivam assegurar o respeito à diversidade, ao direito humano de ser diferente e não ser tratado como desigual – desigualdade que representa discriminação e inferioridade nas relações de poder.

Durante o governo do então Presidente Lula, de 2003 a 2010, foi editada a Lei nº 10.639 de 2003, que altera a LDBEN e torna obrigatória a inclusão de História e Cultura Afro-Brasileira no currículo oficial da Rede de Ensino. Tal ação foi complementada pela consolidação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, de 2004. Prosseguindo, em 2008, foi promulgada a Lei nº 11.645, que altera a LDBEN modificada pela Lei nº 10.639/2003 e acrescenta a obrigatoriedade do ensino da cultura e história indígena como conteúdo da educação básica. A publicação destas leis visa a garantir os direitos sociais destes grupos específicos e possibilita a implantação de políticas públicas para garantir-lhes uma vida digna, numa sociedade mais humana e mais justa, preceitos da Declaração Mundial sobre Educação para Todos.⁷

Entretanto, a publicação das leis por si só não garante o seu cumprimento, por isso se faz necessária a criação de políticas públicas que garantam a sua efetivação e o cumprimento de seus objetivos na busca por justiça social.

Estas políticas públicas devem organizar programas e ações baseadas no respeito à diversidade e na inclusão social de maneira a permitir o “acesso ao conhecimento e à aprendizagem para diversas camadas sociais, alijadas historicamente desse direito”. (FARENZENA; ROSSI; MAFASSIOLI, 2013, p.143).

São estas políticas públicas de valorização da diversidade, as chamadas ações afirmativas, que permitem eliminar a desigualdade social e de exclusão historicamente acumuladas pelas diferenças raciais, étnicas, religiosas, de gênero e de deficiências entre outras. Um exemplo é a Lei nº 12.711/2012 que prevê a reserva de cotas para o ingresso nas universidades federais e instituições de ensino técnico de nível médio.

Temos, ainda, outra política pública de valorização da diversidade, a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPPIR), ligada à Casa Civil, que instituiu o Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial –(SINAPIR), pela Lei nº 12.288, de 20 de

⁷Declaração Mundial sobre Educação para Todos assinada na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtiem, na Tailândia de 05 a 09 de março de 1990.



julho de 2010. Constituiu-se como forma de organização e de articulação voltadas à implementação do conjunto de políticas e serviços destinados a superar as desigualdades raciais existentes no País, prestado pelo Poder Executivo federal.

3 As ações pedagógicas e seus desdobramentos

Ao primeiro contato com a proposta dos projetos pedagógicos “Conhecendo os povos Indígenas de Porto Alegre” e “As Cores da África”, os alunos demonstraram interesse. Alguns por já conhecerem a temática das relações étnico-raciais, outros por terem curiosidade em conhecer a história e cultura dos afro-brasileiros, africanos e indígenas, embora alguns poucos reclamassem de não estarem fazendo atividades físicas desportivas.

O projeto com relação à etnia indígena foi realizado inicialmente nos meses de Março e Abril, com exposição na Semana do Indígena. Após, foi retomado ao longo do ano em diferentes períodos, tendo seus trabalhos e fotos mostrados nas exposições de Etnias realizadas em Novembro, nas duas escolas.

Na EMEF Chico Mendes, em uma turma de A20, havia duas alunas indígenas. Eu só as reconheci como tal no início do projeto, quando elas se identificaram com a cultura Indígena. Foi possível, então, uma aproximação maior da turma com elas e o aprendizado foi significativo. Elas envolveram-se no projeto e traziam contribuições de seus pais e avós. Nos relatos que faziam para os colegas, com propriedade e alegria, demonstravam o orgulho e a satisfação no seu pertencimento à etnia Kaingang, agora reconhecida pelos colegas. Passaram a ter a autoimagem positiva e a autoestima elevada, o que contribuiu para o seu maior aprendizado e melhor participação nos relacionamentos com os demais. Levei-as para fazerem seus relatos nas outras três turmas em que lecionava.

Durante as pesquisas na mídia e no manuseio dos materiais didáticos do projeto, os alunos sentiram-se envolvidos pelos modos diferentes de ensinamentos dos indígenas mais velhos das aldeias para os cuidados e preservação da terra. Apreciaram os trabalhos artísticos em madeira e o elevado conhecimento dos recursos naturais por eles utilizados, em especial as ervas medicinais.

Os alunos, em sua maioria, demonstraram o reconhecimento às etnias indígenas de Porto Alegre após o projeto, por seus comentários e posicionamentos nas discussões



realizadas em cada aula. Reconheceram o estereótipo de índio, sem identidade e sempre em postura de guerra, que é apresentado nos livros didáticos e refutaram-no em detrimento do novo modelo étnico que possui diferentes línguas, culturas e modos de vida. Posicionaram-se como favoráveis às suas lutas por demarcação das terras indígenas.

Na EMEF Prof.^a Ana Íris do Amaral, entretanto, foi possível perceber que os alunos não reconheceram nenhum indígena entre seus pares, pois os que existem não se identificam como tal, numa negativa de identidade decorrente do receio da discriminação racial e preconceitos que sofrem.

A realização do projeto pedagógico “As Cores da África” de maneira idêntica também foi muito bem aceita, entretanto a mobilização e o envolvimento dos alunos foi maior, uma vez que os alunos negros ou pardos representam a maioria nas turmas. A identificação afrodescendente por alguns foi tímida no início, demonstrando claramente que ainda representa um sentimento de inferioridade e medo da exclusão. Afinal, são séculos de racismo no Brasil. Porém, à medida que o projeto ia tomando corpo e eles viam seus trabalhos com cores vibrantes, revelando a beleza dos africanos e afro-brasileiros, identificavam-se e sentiam-se valorizados. Alguns alunos da EMEF Chico Mendes lembraram que, no ano de 2012, haviam participado de outro projeto, as Bonecas Negras Abayomi, confeccionadas “com retalhos de malha, sem o uso de cola, linhas ou agulhas” (ALBUQUERQUE, 2013, p.243) e que fizeram parte de reportagem de jornal⁸, com suas fotos publicadas, inclusive, na capa, o que lhes rendeu o reconhecimento pela comunidade escolar. A partir daí, eles vivenciaram um momento ímpar de alegria, tiveram a autoestima elevada, pois foram motivo de orgulho para seus pares e familiares. Os alunos novos foram motivados com estes relatos e envolveram-se com entusiasmo e criatividade nas atividades propostas. Participaram expondo seus trabalhos sobre as relações étnico-raciais negra, nas atividades do Mês da Consciência Negra que ocorreu em novembro.

Na EMEF Prof.^a Ana Íris do Amaral, a realização do projeto pedagógico ocorreu de maneira semelhante. Em um primeiro momento, foi preciso um convite especial para o início dos trabalhos com alguns alunos que têm dificuldade em se reconhecer como afrodescendente, embora suas peculiaridades, como cor da pele cabelo e traços fisionômicos, os identifiquem. Após o convencimento, para que desenvolvessem com seus colegas as

⁸ WASKOW, Denise. LIÇÕES além da sala de aula: educação para combater o racismo. Encontro precioso. Diário Gaúcho, 20 Nov. 2012. Disponível em: <http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2012/11/licoes-alem-da-sala-de-aula-3956721.html>. Acesso em: 05 Abr. 2014



atividades do projeto, os resultados obtidos foram belas produções que se destacaram em beleza e vivacidade de cores usadas nas vestimentas dos seus bonecos negros.

A exposição de seus trabalhos foi realizada no sábado de Etnias no mês de novembro. Estavam orgulhosos e felizes em expor os trabalhos e fotos das atividades realizadas, ao longo do mês de novembro, nas aulas de Educação Física.

As vivências e os resultados dos Projetos Pedagógicos foram muito produtivos e nos permitem perceber que devemos nos aprofundar cada vez mais nos estudos relacionados ao respeito à diversidade e Educação Inclusiva, pois é só através do debate e apresentação da temática das relações étnico-raciais que vamos desconstruir a naturalidade do racismo. Só assim, poderemos acabar com práticas que perpetuam a desigualdade.

4 Considerações finais

Com a realização destes dois projetos pedagógicos das relações étnico-raciais negra e indígena, percebi que é possível, sim, desenvolvê-los com êxito nas instituições escolares das redes de ensino. Os alunos resistem, inicialmente, por se tratar de uma novidade na Educação Física abordar temas sociais, não relacionados diretamente aos jogos e aos esportes. Porém, após sentirem-se motivados, envolvem-se e produzem trabalhos muito bem feitos, nos quais demonstram autoria, protagonismo e criatividade. Ao sentirem-se reconhecidos e valorizados na comunidade escolar, passam a ter a autoimagem positiva e a autoestima elevada, fatores que influenciarão no seu desenvolvimento social e intelectual.

Também foi possível observar, a partir das leituras realizadas em Farenzena; Rossi; Mafassioli (2013) que as conquistas e os avanços na legislação, para a promoção da igualdade de direitos e redução do racismo e do preconceito, só foram conseguidos através das lutas dos movimentos sociais organizados. Estas conquistas ocorreram de modo significativo nas últimas décadas, em especial nas administrações do Partido dos Trabalhadores frente à Presidência da República, pois o projeto de governo desenvolvido é de uma política voltada ao respeito à diversidade e aos direitos humanos. Observei, ainda, que apenas a promulgação de leis não garante o seu cumprimento. É preciso, segundo Farenzena; Rossi; Mafassioli (2013) desenvolver ações afirmativas a partir de políticas públicas de inclusão, que contribuam para o respeito à diversidade, acabando com as desigualdades, promovendo o

cumprimento dos Direitos Humanos para uma vida digna, numa sociedade mais humana, em um país com justiça social.

Finalizando, ainda há muito para aprofundarmos nas discussões da Educação para o respeito à Diversidade. Destaque-se a temática das relações étnico-raciais negra e indígena, buscando um maior conhecimento para podermos desenvolver novos projetos pedagógicos que, com certeza, contribuirão com a redução das desigualdades sociais e étnicas, promovendo o reconhecimento e a afirmação identitária de nossos alunos, tornando-os cidadãos críticos e participativos na escola e na comunidade.

THE RELATIONS RACIAL – ETHNIC BLACK AND INDIGENOUS IN THE SCHOOL: POSSIBILITY OF PEDAGOGIC ACTIONS REDUCING THE PREJUDICE

Abstract: This article show some pedagogical actions on ethnic and race relations: black and indigenous, developed successfully in school environments, a multidisciplinary approach in accordance with Federal Law No. 10.639/03 and No. 11.645/08. Promoting Education for respecting diversity, from the knowledge of the two ethnic groups and their contributions to the formation and development of Brazil and its people. Recognizing and valuing students' identities, becoming their positive self-image, raising their self-esteem. Developing your learning and improvement in their interpersonal relationships at school and in the community. The Pedagogical Projects were developed in two schools of Porto Alegre, in physical education classes. In the classes I and II cycles with students 6-14 years old, in 2013.

Keywords: Black and Indigenous Ethnicity. Education for diversity. Recognition and Identity. Self-image . self-esteem

Referências

ALBUQUERQUE, Zuleika Andradas. Educação Física na EJA Wenceslau Fontoura: Um projeto multidisciplinar. In: LEMOS, Miriam Pereira; DALAROSA, Patrícia Cardinale (Org.) **EJA: um espaço-tempo para se viver diferentes currículos**. Porto Alegre: Secretaria Municipal de Educação, 2013. p. 235- 244.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Congresso Nacional, 1988. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 31 mar. 2014.

_____. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Congresso Nacional, 1966. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm> Acesso em: 05 Abr. 2014.

_____. Lei 10.639, de 09 de Janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília: **Diário Oficial da União**, 10 Janeiro de 2003. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm> Acesso: em 04 Abr. 2014.

_____. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena. Brasília: **Diário Oficial da União**, 11 de mar. 2008. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2008/lei/111645.htm> Acesso: em 04 Abr. 2014.

_____. Lei 12.711, de 29 de Agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília: **Diário Oficial da União**, 30 de Ago. de 2012.
Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm> Acesso em: 06 de Abr. de 2014.

_____. Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). **Decreto nº8136, de 5 de novembro de 2013:** Aprova o regulamento do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade Racial (SINAPIR), instituído pela Lei nº 12.288, de 20 de jul. de 2010. Brasília: Disponível em: < <http://seppir.gov.br/sinapir/decreto-no8136-de-5-de-novembro-de-2013>> Acesso em: 06 de Abr. de 2014.

CUNHA, Aline Lemos da.; GRISA, Gregório Durla. Alteridade, racismo e direitos humanos: entrelaçamentos e indagações. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.**Erechim: Ideal, 2013. P.109 - 127.

FARENZENA, Nalú; ROSSI, Alexandre José; MAFASSOLI, Andréia. Educação Básica e diversidade: cidadania, políticas públicas e legislação. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.**Erechim: Ideal, 2013. P. 129 - 153.

GENRO, Maria Ely Herz; CAREGNATO, Célia Elisabete. Educação na e para a diversidade: nexos necessários. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.**Erechim: Ideal, 2013. p. 21 – 34.

MACHADO JÚNIOR, Claudio de Sá; MEDEIROS, Juliana Schneider. Povos Indígenas, diversidade e educação. In: CAREGNATO, Célia Elizabete; BOMBASSARO, Luis Carlos (Org.). **Diversidade Cultural: viver diferenças e enfrentar desigualdades na educação.** Erechim: Ideal, 2013. p. 83 – 107.

MUNANGA, Kabengele. Algumas Considerações sobre a Diversidade e a Identidade Negra no Brasil In: RAMOS, Marise Nogueira; ADAO, Jorge Manoel; BARROS, Graciete Maria Nascimento (Org.). **Diversidade na educação: reflexões e experiências:** Brasília. Ministério



da Educação, 2003. Disponível em:

<www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002114.pdf> Acesso em: 04 Abr. 2014.

SANTOS, Marzo Vargas dos; MOLINA NETO, Vicente. Aprendendo a ser negro: a perspectiva dos estudantes. **Cadernos de Pesquisa**, v.41, n.143, 2011, p. 516-537. ISSN 0100-1574. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v41n143/a10v41n143.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2014.

SELLIER, Marie. **A África, meu pequeno Chaka...** 5. ed. São Paulo: Cia. Das Letrinhas. 2009.